

Clipping n° 737

, 02 Fevereiro 2011 - 11:12:42

Jornal popular desbanca Folha dos Frias

Tudo muda, inclusive a média. É o caso da ex-toda poderosa Folha de S.Paulo, que perdeu o topo do ranking para o jornal Super Notícia, de Belo Horizonte. A Folha manteve estabilidade, na casa dos 294 mil por edição, mas o tabloide mineiro cresceu 2%, atingindo média de 295 mil.

Detalhe: A Folha custa R\$ 3,00; o Super Notícia, R\$ 0,25.

Outra observação: nos anos 1980/90, o popularesco Notícias Populares, do Grupo Folha, chegava às bancas do Centro de São Paulo antes das onze da noite. A própria Folha chegava por volta da meia-noite, uma da manhã. Hoje, chega só de manhã. Perdeu leitores também por essa razão.

O jornal Meio & Mensagem publicou o ranking dos dez de maior circulação em 2010 e suas médias por edição:

Super Notícia: 295.701; Folha de S.Paulo: 294.498; O Globo: 262.435; Extra: 238.236; O Estado de S. Paulo: 236.369; Zero Hora: 184.663; Meia Hora: 157.654; Correio do Povo: 157.409; Diário Gaúcho: 150.744; e Lance: 94.683. Fonte:

www.meioemensagem.com.br

Previdência tem super ávit de R\$ 14,9 bilhões em 2010

A Previdência Social registrou em dezembro de 2010 um saldo positivo de R\$ 9,2 bilhões no setor urbano. É o décimo super ávit consecutivo no setor. O resultado é decorrente da arrecadação de R\$ 30 bilhões e de despesa com pagamento de benefícios de R\$ 20,8 bilhões. No acumulado, o setor urbano registrou saldo de R\$ 14,9 bilhões, valor 77% maior que o registrado em 2009.

A receita foi de R\$ 212,6 bilhões, aumento de 11% em relação a 2009. E a despesa com pagamento de benefícios foi de R\$ 197,7 bilhões (crescimento de 7,9%). O valor das despesas exclui o pagamento de sentenças judiciais e a Compensação Previdenciária (Comprev) entre o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e os regimes próprios de Previdência Social de estados e municípios. Fonte: www.previdencia.gov.br

Justiça amplia direito à revisão da URV

O segurado do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) que se aposentou por invalidez entre março de 1994 e fevereiro de 1997 e que antes recebia o auxílio-doença pode conseguir, na Justiça, a revisão da URV (Unidade Real de Valor), também conhecida como revisão do IRSM (Índice de Reajuste do Salário Mínimo).

Uma decisão do TRF 1 (Tribunal Regional Federal da 1ª Região), publicada no dia 25 de janeiro, deu sentença favorável a três segurados. Eles começaram a receber o auxílio-doença antes de março de 1994 e, depois dessa data, o benefício se transformou em aposentadoria por invalidez.

Os juízes que analisaram os casos entenderam que, ao transformar o auxílio-doença em aposentadoria por invalidez, o INSS deveria refazer os cálculos --e não apenas converter um benefício em outro. Com os novos cálculos, eles devem ter direito à revisão da URV --correção que pode garantir um aumento de até 39,67%, dependendo do mês e do ano da aposentadoria.

Fonte: Agora SP

INSS começa a pagar hoje nova aposentadoria

Os aposentados e beneficiários do INSS que ganham acima de um salário mínimo (R\$ 540, atualmente) começam a receber hoje o aumento de 6,41%. O teto da Previdência (valor máximo pago) passará de R\$ 3.467,40 para R\$ 3.689,66.

Terá direito ao reajuste integral de 6,41% quem teve o benefício concedido até janeiro de 2010. Quem começou a receber o benefício a partir de fevereiro do ano passado terá um aumento menor, que será a inflação acumulada entre o mês de concessão e o mês de dezembro de 2010.

O segurado que se aposentou em outubro do ano passado, por exemplo, terá ganho de apenas 2,52%. Fonte: Agora SP

Centrais pedem a parlamentares agilidade sobre redução da jornada e fim do fator previdenciário

Brasília - As centrais sindicais entregaram hoje (1º) uma pauta de reivindicação aos parlamentares que tomaram posse hoje (1º) no Congresso. Entre os itens estão o projeto que reduz a jornada de trabalho para 40 horas semanais e o que acaba com o fator previdenciário.

As centrais querem sensibilizar os parlamentares em relação a essas questões. Vamos buscar os parlamentares, os debates que se fazem nas comissões de trabalho no Senado e na Câmara dos Deputados para que possamos ganhar mais parlamentares a favor dessas propostas, disse o secretário-geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves, o Juruna.

Ele explicou ainda que a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais é importante para que os trabalhadores possam ter mais tempo livre para se qualificar. O trabalhador poderia ter mais tempo para se qualificar e com isso daria um retorno ao nosso país e às empresas, melhorando a produtividade e a competitividade do Brasil em relação aos demais.

Hoje, a jornada de trabalho é de no máximo 44 horas semanais.

Sobre o fator previdenciário (fórmula para calcular o tempo de aposentadoria, que acaba prejudicando o trabalhador na hora de se aposentar) ele observou que as pessoas que começam a trabalhar mais cedo são as principais afetadas. Porque com a contagem de tempo da aposentadoria, ele [trabalhador] acaba tendo uma idade menor na hora da aposentadoria. Mesmo trabalhando o tempo que a lei exige, explicou.

O fator previdenciário leva em conta o tempo de contribuição do trabalhador, sua idade e a expectativa de vida dos brasileiros.

Ano passado, foi aprovada pelo Congresso Nacional uma emenda que acabava com o fator previdenciário, mas foi vetada pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Além desses dois temas estão na pauta das centrais salário mínimo de R\$ 580, a correção da tabela do Imposto de Renda e o reajuste dos benefícios para os aposentados que ganham acima do salário mínimo. Fonte: Agência Brasil

Jorge Caetano Fermينو